

TERMO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Procurador-Geral de Justiça

Wellington César Lima e Silva

Equipe responsável pela elaboração do projeto

Geder Luiz Rocha Gomes

Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio de Segurança Pública e Defesa

Social – CEOSP

José Félix dos Santos

Henilda Amaral de Melo

Renato Mendes Figueiredo

Adriana Lima de Menezes

Unidade de Apoio Técnico-Administrativo do CEOSP

Adoniza do Nascimento Dias Gomes

Carla Pinheiro França

Unidade de Estudos e Informações/Projetos do CEOSP

Assessoria - Unidade de Suporte a Projetos e Captação de Recursos – CGE

Mateus Dias dos Santos Andrade

Salvador, 2013

SUMÁRIO	PÁG.
1. Identidade Estratégica do Ministério Público do Estado da Bahia	4
1.1 Missão	4
1.2 Visão	4
1.3 Valores	4
1.4 Fatores Críticos de Sucesso	5
1.5 Políticas Institucionais	5
1.6 Mapa Estratégico	6
1.7. Alinhamento Estratégico do Projeto	7
2. Apresentação do Projeto	8
2.1 Ementa	8
2.2 Justificativa	8
2.3 Principais partes interessadas	9
2.4 Descrição do Projeto	11
2.5 Exclusões do projeto	15
2.6 Riscos Iniciais	16
2.7 Oportunidades	16
2.8 Pontos Fracos	17
2.9 Pontos Fortes	17
2.10 Anexos	18

1 IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

1.1 MISSÃO

Estabelece o que a organização pública faz hoje, para quem o faz e o que ela deseja alcançar no futuro. É uma declaração explícita das razões de sua existência. Na declaração da missão, o propósito é estabelecido, normalmente, em termos do papel social desempenhado pela organização.

Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

1.2 VISÃO

Estabelece o que a organização pública quer ser no futuro. É que se sonha para o negócio. A perseguição desse sonho é o que deve manter a organização viva. É o que a energiza e inspira. A visão impulsiona a organização, enquanto a missão dá rumo a ela.

Ser reconhecido como uma instituição de excelência, indutora do respeito aos direitos fundamentais e interesses sociais.

1.3 VALORES

São os princípios – guia da organização – que são incorporados à sua maneira de agir. São conjuntos de padrões éticos que norteiam a sua vida cotidiana e a dos seus integrantes. Mais do que uma simples declaração de princípios, os valores se revelam pelas atitudes e comportamentos que a organização adota diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência.

COMPROMISSO – é privilegiar o “fazer acontecer”, com foco absoluto na efetividade das ações e na sociedade.

DEDICAÇÃO – é dar-se em prol do bem comum.

DETERMINAÇÃO – é acreditar, perseverar e jamais desistir de lídimos ideais.

UNIDADE – é a articulação das ações e a uniformidade de procedimentos.

RESPEITO – é a consideração pelo outro, pelas leis e instituições democráticas.

1.4 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

São pré-condições internas, de diferentes naturezas, relacionadas tanto aos seus ativos tangíveis quanto aos intangíveis e essenciais para que a organização atinja seus objetivos.

- Recursos financeiros, materiais e tecnológicos adequados;
- Independência funcional;
- Desenvolvimento de pessoas;
- Interlocução e articulação;
- Unidade institucional;
- Gestão eficiente;
- Inteligência estratégica estruturada e eficaz;
- Fortalecimento da imagem institucional;
- Robustecimento do perfil constitucional;
- Autonomia administrativa e financeira;
- Comunicação eficiente.

1.5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Diretrizes gerais que expressam os limites nos quais as ações da organização e de seus integrantes devem se desenvolver no cumprimento da missão para o alcance da visão. Devem ser coerentes com os limites éticos estabelecidos pelos valores compartilhados pela organização.

Valorizar as pessoas: proporcionar satisfação, ambiente salutar e condições de desenvolvimento às pessoas.

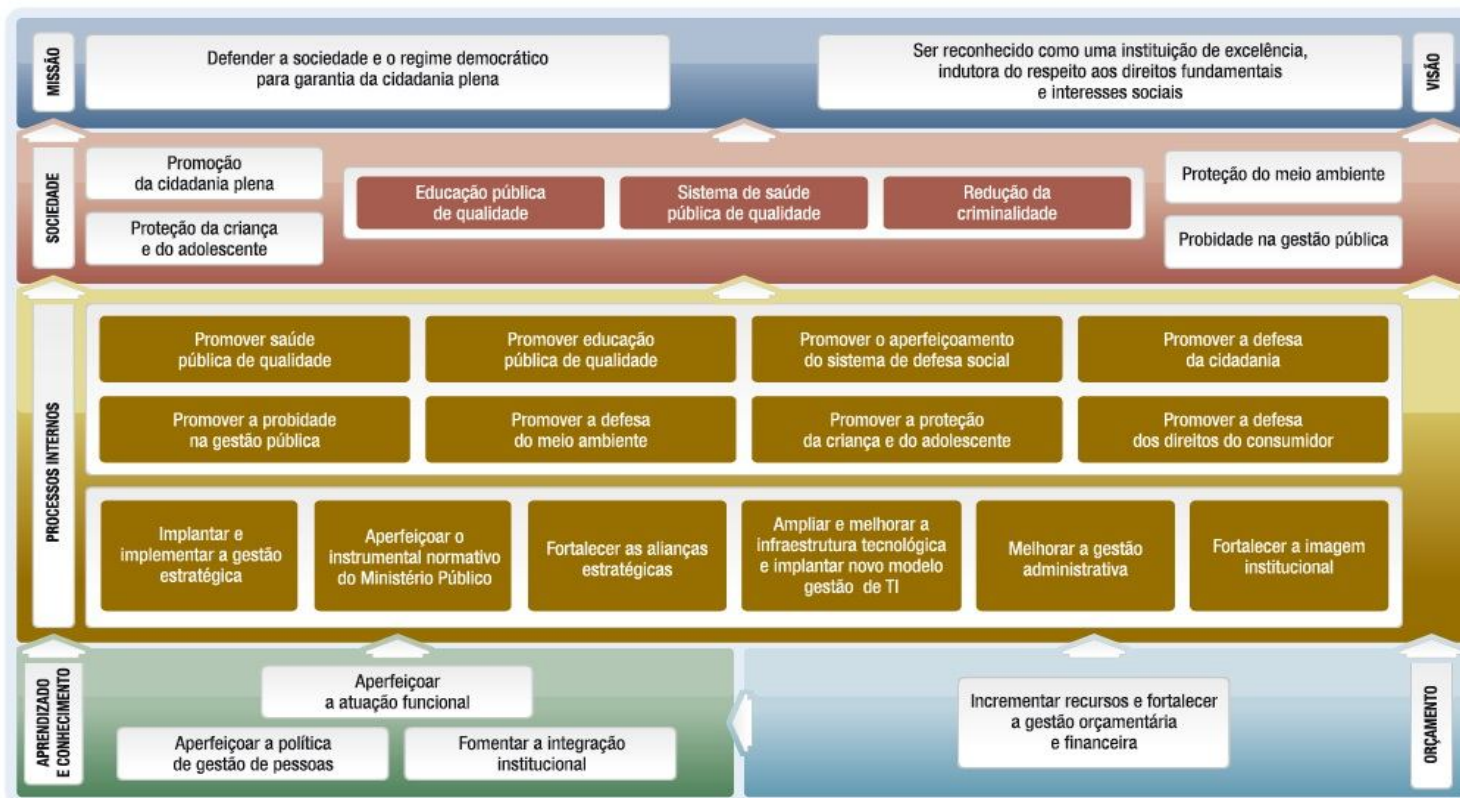
Fomentar a pró-atividade: estimular a postura antecipativa e a inovação constante com foco na atuação resolutiva.

Buscar a excelência: pautar a gestão em padrões de classe mundial de excelência.

Fortalecer a unidade institucional: promover integração e atuação concatenada.

Promover a cooperação interinstitucional: realizar parcerias estratégicas para o atendimento satisfatório das demandas sociais.

1.6 MAPA ESTRATÉGICO



1.7 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O PROJETO SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA – REGIONALIZAÇÃO DO CISP visa atender e executar a seguinte iniciativa estratégica:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	INICIATIVA ESTRATÉGICA
Promover o aperfeiçoamento do sistema de defesa social	Contribuir para a implantação de um novo modelo de segurança pública.	Promover ações para o fortalecimento e aperfeiçoamento do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp).

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

2.1 EMENTA

O projeto Segurança Pública Integrada – Regionalização do CISP objetiva implementar um modelo de segurança pública integrada, no âmbito das regiões administrativas do Ministério Público do Estado da Bahia, contribuindo com um sistema de justiça criminal e de defesa social mais ágil e efetivo.

2.2 JUSTIFICATIVA

Atender aos objetivos e prioridades estabelecidos no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado da Bahia para o período 2011-2023.

2.3 PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS - Identificar órgãos envolvidos, público alvo e todas as pessoas ou organizações que podem ser afetadas pelo projeto, de modo a estabelecer um plano de gerenciamento das expectativas das partes interessadas, complementado por um plano de comunicação.

Agentes com atuação direta:

- CEOSP – Como Centro Operacional criado com a finalidade de promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social. E como instrumento importante para o fortalecimento da ação ministerial, no âmbito dos novos paradigmas previstos no Plano Estratégico do Ministério Público, atua como Secretaria-Executiva do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública do Estado da Bahia;
- Centros, Grupos e Núcleos de Atuação Especial do Ministério Público da Bahia, com o desiderato de garantir a transversalidade da ações;
- Ministério Público Federal;
- Ministério Público Militar;
- Poder Judiciário do Estado da Bahia;
- Poder Legislativo do Estado da Bahia;
- Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia;
- Polícia Militar do Estado da Bahia;
- Polícia Civil do Estado da Bahia;
- Polícia Rodoviária Estadual;
- Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia;
- Universidade Federal da Bahia;
- Defensoria Pública do Estado da Bahia;

- Universidade do Estado da Bahia;
- Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia;
- Prefeituras Municipais;
- Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia;
- Polícia Federal;
- Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia;
- Agência Brasileira de Inteligência;
- Exército Brasileiro;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Secretaria de Saúde do Estado da Bahia;

Agentes com atuação indireta:

- Órgãos Governamentais, Não-Governamentais e Comunidades impactadas pelas ações deliberadas pelo Comitê.

2.4. DESCRIÇÃO DO PROJETO - Trata-se da definição das principais fases do projeto e da descrição de suas respectivas tarefas e dos resultados esperados em cada fase.

1. PROJETO SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA – REGIONALIZAÇÃO DO CISP

1.1 FASE: Fortalecimento das Ações do Ceosp como Secretária Executiva do Cisp na Capital

Descrição das tarefas:

- Articulação interinstitucional e intrainstitucional;
- Realização dos Ciclos de Debates sobre Segurança Pública;
- Realização e Participação em outros eventos;

Resultados esperados:

- Consolidar o Centro de Apoio Operacional em Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP como responsável por promover:
- A sistematização e padronização das operações de implantação do CISP;
- A sensibilização e mobilização das partes interessadas para a consecução dos objetivos do CISP, através de eventos, articulação e divulgação nos diversos meios de comunicação;
- A interlocução da Coordenação dos CISP Regionais com a Administração do Ministério Público.

1.2 FASE: Fomentar junto às Promotorias de Justiça Regionais a atuação como Secretária Executiva do Cisp no Interior do Estado

1.2.1 Elaboração e distribuição de material de divulgação e suporte

Descrição das tarefas:

- Elaborar roteiro para implantação e operacionalização do CISP Regionais;
- Confeccionar material de divulgação: Folder, Apresentação Prezi, CDs com modelos sugestivos de documentos de trabalho.

Resultados esperados:

- Apoiar integralmente as Promotorias de Justiça Regionais na implementação do CISP;
- Padronizar as atividades das Secretarias Executivas dos CISP Regionais.

1.2.2 Implantar uma estrutura administrativa e operacional

Descrição das tarefas:

- Designar servidor com dedicação à Secretaria Executiva do CISP;
- Montar uma estrutura administrativa exclusiva para atender as demandas do CISP dentro da Promotoria de Justiça Regional: criação de diretório de arquivos eletrônicos, arquivo físico, local para a realização das reuniões etc.

Resultados esperados:

- Consolidar as operações das Secretarias Executivas dos CISP Regionais.

1.2.3 Realização das reuniões ordinárias e extraordinárias

Descrição das tarefas:

- Realização de ações que viabilizem as iniciativas propostas pelo Comitê e a adoção de medidas procedimentais e operacionais necessárias;

- Buscar oportunidades de agregação, negociação e articulação vinculadas às ações propostas pelo Comitê.

Resultados esperados:

- Obter soluções para as demandas propostas pelo Comitê nas reuniões ordinárias e extraordinárias.

1.2.4 Realização dos ciclos de debates Regionais sobre Segurança Pública

Descrição das tarefas:

- Realizar o planejamento dos eventos: elaboração de calendário, escolha dos temas, definição dos palestrantes e público-alvo;
- Monitorar as etapas do planejamento.

Resultados esperados:

- Realizar o evento Ciclo de Debates a cada quadrimestre.

1.3 FASE: Acompanhamento e Controle das deliberações propostas

Descrição das tarefas:

- Monitoramento das deliberações propostas nas reuniões do CISP Capital através da Ata das reuniões anteriores e/ou outros instrumentos de controle: e-mail, ofício, contato telefônico etc.
- Monitoramento das deliberações propostas nas reuniões do CISP Regional através da Ata das reuniões anteriores e/ou outros instrumentos de controle: e-mail, ofício, contato telefônico etc.

Resultados esperados:

- Cumprimento das deliberações propostas pelo Comitê no tempo esperado.

1.4 FASE: PRODUÇÃO DO MATERIAL PUBLICITÁRIO**Descrição das tarefas:**

- Participação na criação de material publicitário de divulgação:
 - ✦ Banners
 - ✦ Cartazes
 - ✦ Cartilhas
 - ✦ Spot
 - ✦ Vídeo
 - ✦ Outras mídias.
- ✦ Solicitar reprodução de material publicitário de divulgação quando necessário.

Resultados esperados:

- Utilizar o material publicitário de divulgação de forma padronizada nos CISP Regionais.

2.5 EXCLUSÕES DO PROJETO – Identificar o que está fora do escopo do projeto, ou seja, quais são as ações que não estão inseridas na descrição do projeto, a fim de não gerar falsas expectativas para as partes interessadas.

- Execução das políticas públicas setoriais;
- Invasão das atribuições dos respectivos Poderes participantes;
- Acometer limites fora da sua jurisdição

2.6 RISCOS INICIAIS – Identificar eventos ou condições incertas, ou seja, ameaças que se ocorrerem podem impactar no cronograma, custo ou desempenho do projeto.

- O não envolvimento do poder público estadual e municipal, no que tange a implementação de novas políticas públicas, com ênfase em segurança;
- O não envolvimento dos órgãos do Ministério Público;
- Falta de integração dos poderes constituídos voltados à segurança;
- Falta de participação social / Ausência de fóruns de discussão;
- Falta de incentivo ao esporte, cultura e lazer;
- Falta de planejamento local na área de segurança pública.

2.7 OPORTUNIDADES – Identificar eventos ou condições que favorecem o desenvolvimento do projeto e a consecução dos objetivos esperados.

- Grande potencial de mobilização popular;
- Oportunidade de aproximação da população com os órgãos ministeriais;
- Empoderamento da comunidade e dos indivíduos.

2.8 PONTOS FRACOS – Identificar os fatores institucionais e da equipe que restringem o projeto e limitam as opções da equipe de trabalho.

- Equipe multidisciplinar limitada para atender a todas as demandas existentes;
- Disponibilidade orçamentária limitada, para suprir as diversas demandas sob a responsabilidade do CEOSP;
- Necessidade de fortalecer a articulação intrainstitucional, devido a transversalidade da atuação frente a temática proposta, necessitando estabelecer prioridades em relação as inúmeras frentes de atuação existentes na instituição.

2.9 PONTOS FORTES – Identificar os fatores institucionais e da equipe que viabilizam e potencializam as ações propostas.

- Forte interesse do Ministério público do Estado da Bahia em servir como interlocutor, atuando no processo de melhoria de vida das comunidades beneficiadas com as Bases Comunitárias de Segurança;
- CEOSP possui um grande papel atuando como Secretária Executiva do CISP (Comitê Interinstitucional de Segurança Pública). Nesse contexto de ampla participação do poder público, da sociedade e das comunidades na execução e controle de políticas públicas, insere-se atuando na articulação interna com os órgãos ministeriais e com os segmentos externos, contribuindo, assim, para a efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos e para o fortalecimento do Estado e dos serviços públicos, especialmente na área de segurança pública e defesa social;
- CEOSP apresenta uma agenda conjunta, que pressupõe a participação dos órgãos ministeriais, especialmente em áreas de atuação afetadas pela

intersetorialidade das ações e projetos no campo da segurança e defesa social;

- Projeto Comunidade Legal inserido no PGA – Plano Geral de Atuação da Instituição.

2.10 ANEXOS

I – Portfólio material publicitário